

## A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no norte de Portugal

( Comunicação ao V Simpósio Nacional e IV Internacional de Estudos Celtas e Germânicos na Universidade Federal Fluminense, 2012)

Armando Coelho Ferreira da Silva  
Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal).  
Investigador do CITCEM - Centro de Investigação Cultural, Espaço e Memória.  
Diretor do Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins e do Centro de Arqueologia Castreja e Estudos Célticos.

[acsilva@sapo.pt](mailto:acsilva@sapo.pt)

[acsilva@letras.up.pt](mailto:acsilva@letras.up.pt)

Recebido em: 08/03/2014

Aprovado em: 28/03/2014

**Resumo:** Análise da ocupação do território do noroeste da Península Ibérica ao longo do I milénio a.C., com referência à Cultura Castreja da região, que terá obedecido à influência de modelos indo-europeus bem assimilados nos comportamentos célticos, intimamente relacionáveis com a natureza, sobretudo evidenciados nas etimologias etnonímicas.

**Palavras Chave:** Noroeste da Península Ibérica, Castros, Celtas

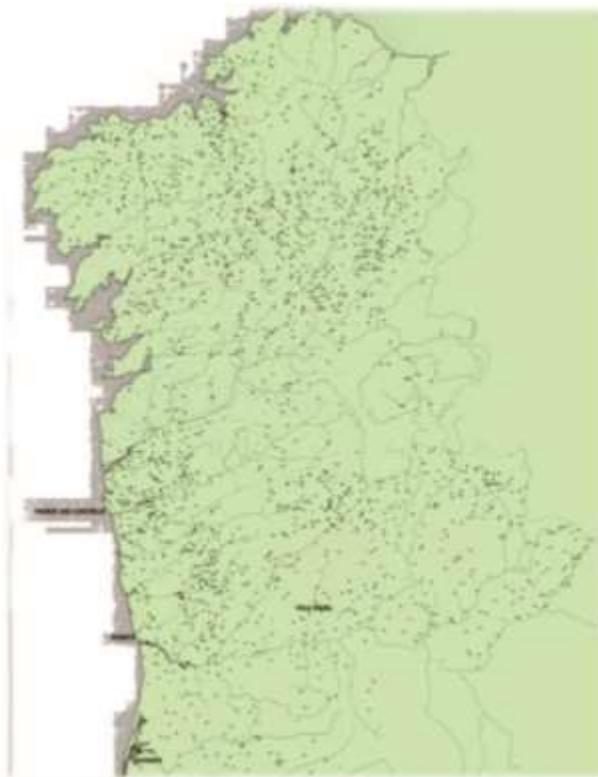
**Abstract:** Analysis of the occupation of the northwestern territory of the Iberian Peninsula during the first millennium BC, with reference to the Castro Culture (Hill-forts) of the region, under the influence of Indo-European models well assimilated by Celtic behaviors, closely related with nature, especially evidenced in etnonimic etymologies.

**Keywords:** Iberian Northwest, Hill-forts, Celts

1. Situado na finisterra do ocidente europeu, as particularidades que o noroeste da Península Ibérica foi registando cumulativamente desde os tempos pré-históricos vão evidenciar-se com a emergência, a partir do final da Idade do Bronze, de uma cultura original fundamentalmente caracterizada pelo seu tipo peculiar de habitat em povoados fortificados em posições elevadas vulgarmente conhecidos pelo nome geral de *castros*.



Daqui deriva a designação tradicional de *cultura castreja*, que, contando com cerca de 5000 estações arqueológicas inventariadas, constitui um intenso foco de densidade humana, que se observa como conformador do perfil demográfico regional, tal como se pode verificar, em situação intermédia, pelo “rol das igrejas” registadas em 1320-1321 (Marques; Dias 2003: 8).



Ocupando um lugar bem individualizado na Proto-história peninsular, é sem dúvida uma das manifestações mais significativas da personalidade deste vasto território, cuja originalidade foi já reconhecida pelos autores clássicos, em especial, pelo historiador e geógrafo grego Estrabão (64-63 a.C. – 24-25 d.C.), identificável como uma “unidade de paisagem património” regional transformadora, por atividades economicossociais e simbólicas de largo espetro, da que anteriormente se caracterizava essencialmente pelo trabalho agropastoril próprio dos “planaltos dolménicos”.

A importância que a investigação linguística reconheceu à unidade supra-familiar designada por *castellum* no quadro da organização social, fazendo coincidir entidades territoriais com unidades sociais, mais afirma a propriedade desta designação.

2. Foi já estabelecido com relativa nitidez o âmbito mais alargado da sua área pelos rios Navia e Esla, a Oriente, pelo rio Vouga, a Sul, e com limites naturais, a Norte e Oeste, pelo Oceano Atlântico, cobrindo o Norte de Portugal, a totalidade da Galiza, a zona ocidental das Astúrias, e as regiões imediatas, a que parece corresponder, genericamente, uma província geográfica com características bem definidas por uma posição atlântica, vincados sistemas orográficos, uma densa rede hidrográfica e uma importante riqueza de recursos naturais.

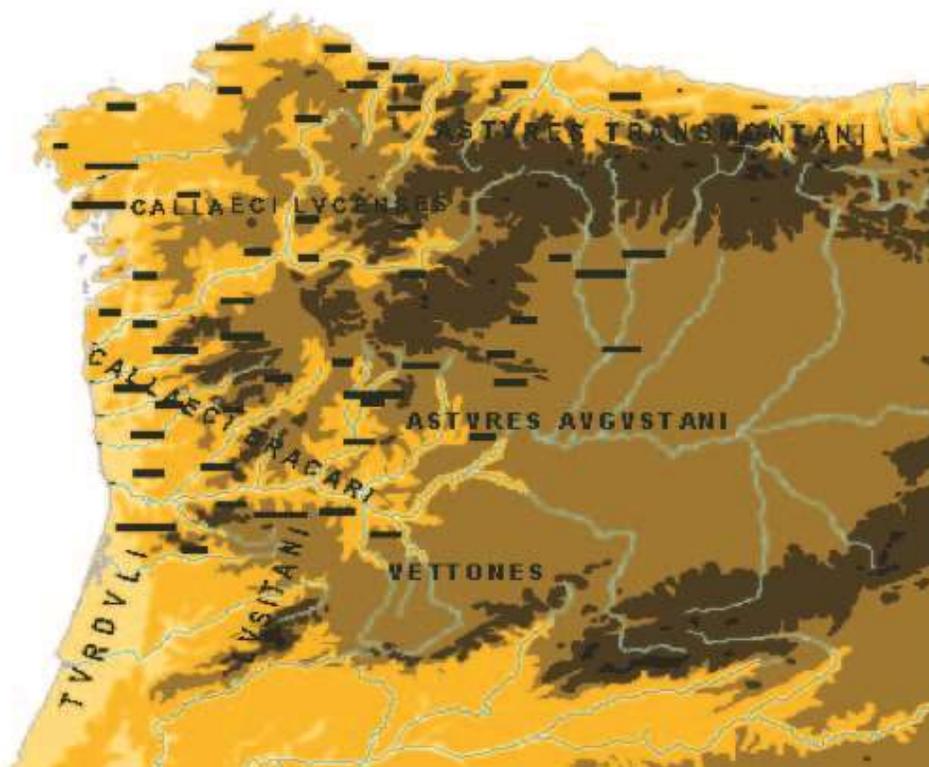
3. É claramente manifesto, a uma escala macroscópica, que esta conformação cultural é constituída por núcleos de povoamento indígena declaradamente defensivos e com estruturas arquitetónicas de planta predominantemente circular, evidenciando desde cedo uma implantação intencionalmente perdurável numa verdadeira «civilização do granito», conferindo ao habitat castrejo a mais antiga expressão do emprego da pedra na paisagem construída, ainda hoje pervivente como primeira marca identitária regional, ultimamente realçada na exposição patente na Cidade da Cultura de Santiago de Compostela justamente apelidada de “Gallaecia Petrea” (Xunta de Galicia 2012).



Citânia de Briteiros

Em áreas de contacto com formações de afloramentos xistosos foram explorados desde a Antiguidade filões de ouro, mais se distinguindo a região pela abundância de cassiterite, que forneceu matéria-prima para o florescimento de uma metalurgia do bronze patente em numerosos artefactos e depósitos.

4. Área considerada dos Calaicos, segundo designação apropriada de um étnico menor da margem direita do rio Douro (Tranoy 1977), que se fez extensiva até à Galiza (cuja onomástica adoptou), e Trás-os-Montes com a romanização, distingue-se por uma cultura proto-histórica de idiossincrasia complexa, em que se acumularam sobre um fundo pré-indoeuropeu um poderoso substrato linguístico indo-europeu, bem reconhecido nas principais entidades do atual quadro geográfico (em especial hidrónimos e orónimos), e elementos de natureza celtizante (em particular, etnónimos e antropónimos) mais visível a norte, e de procedência túrdula, mais implantada na Beira Litoral a sul do Douro, documentados em numerosas informações das fontes clássicas, históricas e epigráficas.



É notável a memória da pervivência toponímica que se lhes reporta com designações, tão diversas, mas mais indiciadoras de povoados fortificados, em evolução de pequenos aldeamentos, normalmente chamados *castros*, seus derivados e afins, até situações quase urbanas, normalmente correlacionadas com a designação de *cividade*, e seus derivados e corrutelas, de que a mais emblemática é a designação de *citânia*.

5. Tendo por base elementos significativos do registo arqueológico, controlado por perfis estratigráficos e datações absolutas, vimos propondo um quadro evolutivo de longa duração, segundo um esquema relacionável com o desenvolvimento interno e o discurso histórico peninsular, em três fases, com escalonamentos próprios, que cobrem o primeiro milénio a.C. e grande parte do século I d.C. (Silva 2007).

## FASE I

A emergência deste fenómeno, que se vem notando genericamente na viragem do II para o I milénio a.C. (1200 - 800), assinala uma rutura no processo organizativo da sociedade indígena, conforme vem sendo cada vez mais corroborado por estudos sobre o habitat, a economia e a ergologia com correspondências nos registos de índole sociocultural.,

A fase de formação terá ocorrido em contexto atlântico, de ótimo climático e económico, relacionada com o desenvolvimento excepcional da atividade metalúrgica, com relações centro-europeias e ao mundo mediterrânico, de efeitos multiplicadores na atividade económica e no progresso social.

Por vezes reocupando instalações anteriores, calcolíticas, verifica-se, em geral, uma implantação *ex novo* dos povoados em altura. Situados em pontos estratégicos, visavam primordialmente o controlo da linha de costa e das bacias fluviais, em relação com as zonas de aptidão agropecuária e exploração de recursos naturais, nomeadamente mineiros, como o estanho e o ouro, e o acesso a vias de penetração, revelando integração num sistema económico de largo espectro, cuja ocupação se exemplifica no território do troço final do rio Ave, em pleno Entre-Douro-e-Minho.



O estudo do povoamento em algumas das instâncias revelou uma ocupação em superfície restrita, da ordem dos 600 m<sup>2</sup>, e só raramente atingindo 2 ha.

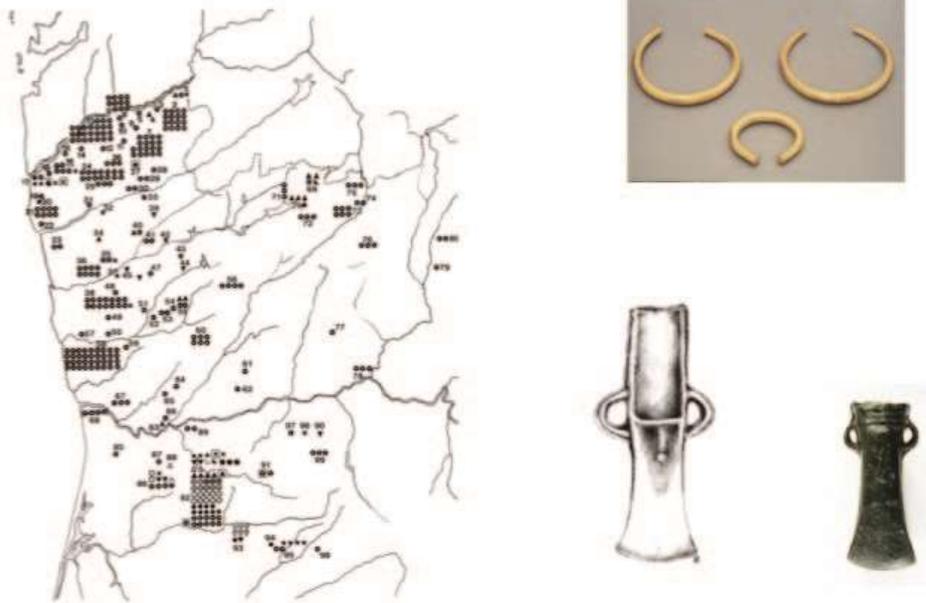
De notar, em especial, o aparecimento de sistemas defensivos, ainda que rudimentares, em clara evidência de início de fortificação, característica que prevalecerá sobre o carácter aberto do habitat como sinal visível de uma nova situação económica, política e social.

As muralhas de pedra aparecem, então, pela primeira vez como um elemento de delimitação, “pomerial”, do povoado, marcando primordialmente a identificação do grupo (eventualmente correspondente a uma *família extensa*), com o seu habitat, e a autoridade patriarcal enquanto garante da sua proteção.

Entre as razões que terão presidido à transferência das comunidades indígenas de aldeamentos dispersos pelas terras baixas para povoados implantados em posições naturalmente defensivas e fortificadas, parece evidenciar-se uma seleção de critérios estratégicos, em que seria

garantida a subsistência das populações e a defesa e gestão dos recursos, particularmente relacionados com o domínio do território e dos mecanismos de produção e intercâmbio dos produtos metálicos pelas elites locais.

A notória prosperidade do Noroeste peninsular, sobretudo manifesta nos numerosos depósitos de bronze e ouro, motivadora de interesses, poderá ter encontrado neste fenómeno a resposta adequada à organização da sociedade gerando a necessidade de defesa com conseqüente incremento de hierarquização, que acentuaria porventura o poder de algumas chefaturas, não raro indicadas por numerosos bens de prestígio, denunciadores de uma acumulação extraordinária de riqueza.



As referências de cronologia absoluta, em que se cruzam situações da Galiza setentrional, meridional, do Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta, cada vez mais apontam para um fenómeno de regionalização, mais tardiamente notado no território interior, asturiense, não se tornando evidente que este processo seja mais tardio no território galego que no Norte de Portugal.

E apesar do colapso do final da Idade do Bronze, que terá levado ao abandono de alguns sítios, é manifesta durante os séculos VII e VI a.C. a sequência dos contactos anteriores, com incremento das relações meridionais, que, trazendo consigo o aparecimento de uma nova metalurgia e provocando a desarticulação das redes atlânticas testemunham uma corrente de intercâmbio que se encontra compassadamente registada ao longo da costa, modelando a litoralidade do mundo castrejo, bem evidenciada sobretudo na área das Rias Baixas, num quadro de economia-mundo mediterrânico.

E se uma lâmina de ferro do punhal de Baiões pode ser entendida no enquadramento dos bens de prestígio do final da Idade do Bronze, os artefactos de ferro do castro Torroso, na Galiza, já sinalizam mais abertamente o advento da nova metalurgia, também documentada com outros produtos e processos tecnológicos, como a solda, a filigrana e o granulado, bem testemunhados em

peças de ourivesaria, que continuam como emblemas de distinção pessoal da hierarquia e ainda hoje representam um bem de prestígio do artesanato minhoto.



Tesouro de Baião



## FASE II

Por meados do I milénio a. C., numa fase que se poderá considerar como de afirmação cultural em *facies* sub-regionais, grande parte dos castros prolonga a ocupação anterior, sendo notório um alargamento da área, demonstrando crescimento populacional interno.



Outros, implantados em colinas mais dependentes dos recursos dos vales e das planícies, exemplificam casos de fundação, reforçando a imagem de um período de expansão demográfica patente no incremento numérico de novos povoados.

Alguns deles, situados no litoral, em posição geográfica propícia ao intercâmbio de longa distância, como *Cale*, no Morro da Sé do Porto, terão alcançado neste período uma superfície mais ampla, de cerca de 4 ha, podendo representar casos de hierarquização no esquema da evolução do poder regional.



Em conformidade com este processo, em todos os casos que analisámos se verifica um reforço dos sistemas defensivos com a construção de robustas muralhas.

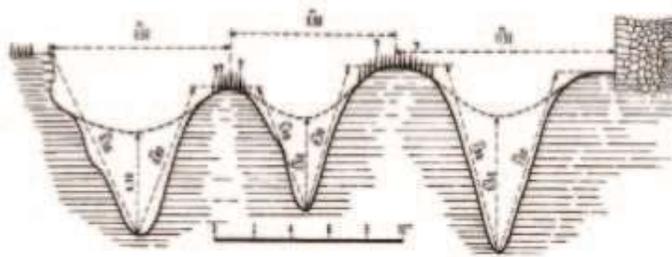
Sugerimos para esta segunda fase um escalonamento que perspectiva uma evolução do mundo indígena integrada num quadro de relações com influxos de procedência continental e contactos meridionais e mediterrânicos no âmbito das migrações túrdulas e do comércio púnico e, posteriormente, das primeiras influências itálicas.

Esta ordem de relações, cuja assimilação transparece nos dois grandes grupos de ourivesaria castreja, um interior transmontano, mais céltico, e outro litoral, mais mediterrânico, é-nos testemunhada por inúmeros outros materiais em particular os que resultam do intercâmbio cartaginês. Assumidos como bens de prestígio, a integração destes produtos terá desempenhado papel de relevo no funcionamento da sociedade castreja do Noroeste: o vinho, para os actos de comensalidade; o azeite e as essências, porventura para os banhos e outros rituais ou para uso quotidiano qualificado; jóias e contas, para ostentação das elites; outras peças, como as cerâmicas áticas e a própria moeda, como elementos de valorização social.



A própria iconografia dos guerreiros deste período denunciará esta diferença, que parece visível quando se confronta o guerreiro transmontano de Capeludos (Vila Pouca de Aguiar) com o de S. João de Ver (Santa Maria da Feira). O de Capeludos, fruste, sem *torques* e incompleto mas certamente com saio, a crer na designação toponímica de *Bragado* nas imediações do seu achado, tem a cabeça coberta de forma cônica, a lembrar o *sombrero* do príncipe de Hochdorf e a representação de Hirschlander, enquanto o de S. João de Ver, entre os Túrdulos Velhos, com estola e armado, mostra atributos de carácter mediterrânico, que o sugerem como eventual representação do chefe túrdulo da expedição referenciada.

A esta fase deverá atribuir-se também a introdução de formas complementares de defesa, com destaque para e pedras fincadas de numerosos castros transmontanos, espetaculares no Castro de Carvalhos (Boticas), relacionadas, em última análise, com a arquitetura militar da Meseta, em mais um indício de celtiberização cruzada com as influências vindas do litoral.



Esquema dos fossos e pedras fncadas, com respectiva muralha do castro de Carvalhelhos

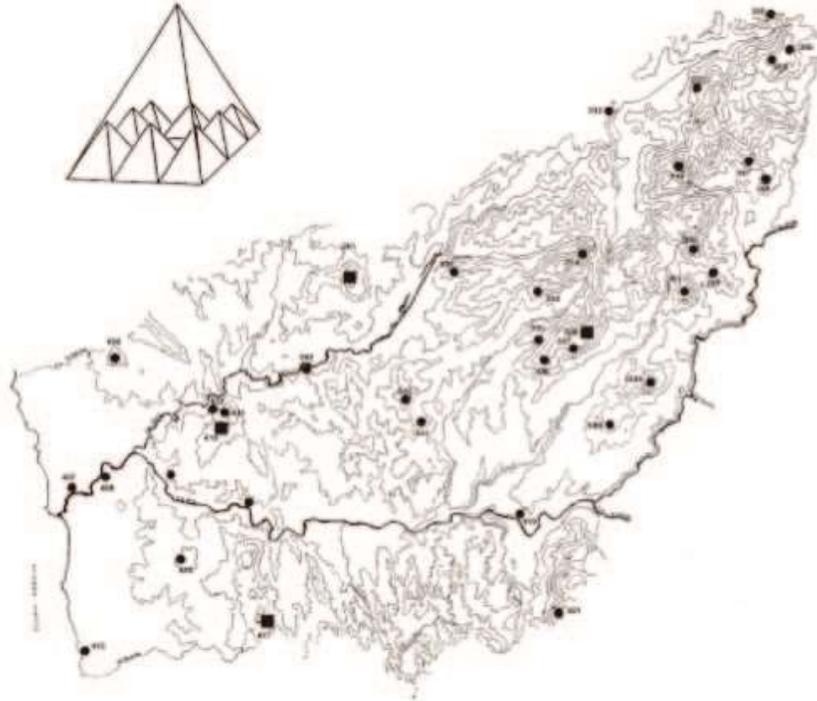
Tal investimento faz supor um período de fortes tensões entre as comunidades lideradas por chefes locais, cujo poder assentaria na capacidade para defender o seu território, ou se possível alargá-lo, para o que contaria com grupos armados, a dar razão ao texto de Estrabão 3.3.5, que denuncia bandoleirismo endémico.

### FASE III

A terceira fase desta sequência vem sendo caracterizada como de proto-urbanização e reordenamento territorial no quadro da romanização.

A este período se reporta a generalidade dos conhecimentos vulgarizados sobre a cultura castreja a partir das escavações de grandes estações arqueológicas como as citânias de San Cibrán das Las (Orense), Santa Tecla (La Guardia), Briteiros (Guimarães) e Sanfins (Paços de Ferreira), que se tornaram modelos desta cultura.

Por força de contactos cada vez mais sistemáticos com os romanos, por motivo das etapas da conquista peninsular, esta região terá assistido a profundas alterações de organização espacial, originando o surto de amplas aglomerações proto-urbanas com polarização das atividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa, em *lugares centrais* de territórios demarcados, cujos limites alguns ensaios de modelização pretendem esclarecer.



Esta organização segundo um sistema político hierarquizado, com a integração de povoados menores sob o domínio de *lugares centrais*, terá sido determinada, a nosso ver, por razões político-militares originadas pela necessidade de uma estratégia de defesa sequente à campanha de *Decimus Junius Brutus* (138-136).

Poderá favorecer esta interpretação o registo de tal padrão de povoamento na área meridional castreja, a Sul da bacia do rio Minho, justamente o limite da expedição desse general romano.

Em observação geral sobre o povoamento proto-histórico do Noroeste de Portugal, verificamos aí cerca de 80 desses *lugares centrais* de territórios, bem dominados visualmente e definidos por acidentes geográficos, como a rede hidrográfica e a orografia, cada qual com uma média de mais de uma dezena de povoados subsidiários, num total de mais de 1200 castros identificados.

Fenómeno similar ao da “civilização dos *oppida*”, no quadro da organização político-social característica de numerosas sociedades não-clássicas de La Tène Final, que conta com numerosas expressões paralelas por toda a Europa, ter-se-á tratado, na prática, de um processo de *sinecismo* em lugares altamente estratégicos de unidades castrejas menores, cumprindo a função de uma espécie de *principados*, segundo uma designação avalizada pela epigrafia, que eram liderados por chefes guerreiros, cuja tutela ficou imortalizada na estatuária.

Continuando a ocupar alguns sítios estrategicamente privilegiados, vindos dos períodos anteriores, esta fase é sobretudo marcada pela criação de vastas aglomerações em que a

homogeneidade do seu ordenamento denuncia a obediência a um plano de urbanização cumprido em breve lapso de tempo.

Têm sido também detetadas novas fundações ao longo deste período, de que as mais características serão os chamados “castros agrícolas”, visando a exploração dos vales, e outras relacionadas com a exploração marinha e mineira, bem típicas das Astúrias, resultando numa triplicação do número de povoados relativamente à primeira fase.

Mas o que é, de facto, mais notório é o processo de substituição de pequenas unidades independentes, estabelecidas em pequenos castros, por agrupamentos com configurações mais expressivas, em que uma forte concentração demográfica terá implicado novas formas de organização arqueologicamente manifesta no novo ordenamento espacial. É pelo menos o que se pode deduzir da análise de grandes povoados como as citânias de Sanfins ou Briteiros, onde os alinhamentos quase ortogonais das suas ruas enquadram, como unidades modulares, uma série de bairros compostos por várias unidades familiares.

Uma leitura da organização urbana da Citânia de Sanfins fornece-nos, neste aspeto, um exemplo paradigmático.



Citânia de Sanfins

A vastidão das estruturas escavadas mostra um forte sistema defensivo de várias ordens de muralhas, que envolvem uma área superior a 15 ha, e uma apreciável organização urbana, que permite aplicar-se-lhe adequadamente a designação de “cidade”, *pólis*, segundo o texto de Estrabão, 3.3.5..

As suas portas principais estavam guardadas por estátuas de guerreiros fixados nas rochas, conforme descobrimos para uma delas em 1973. Deste modo, se nobilitaria o sistema defensivo como símbolo de uma sociedade em que os chefes garantem a proteção do castro, da comunidade

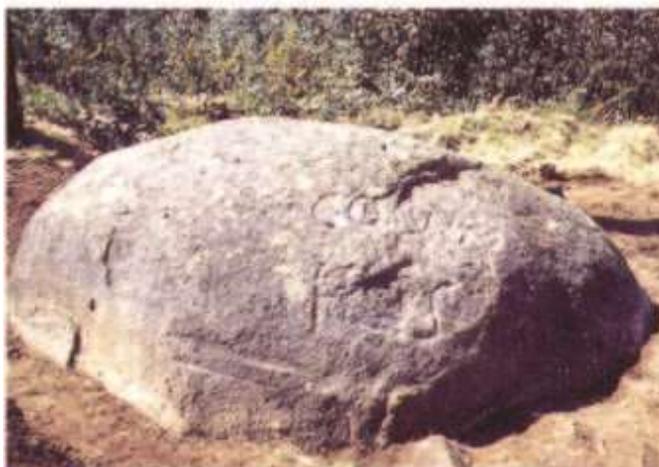
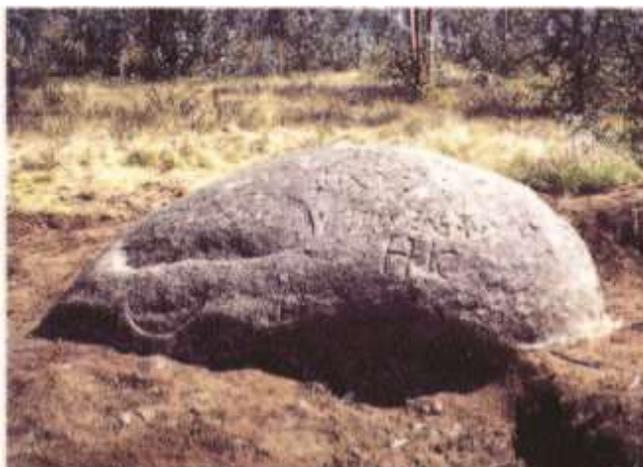
e do seu território, visibilizando a carga simbólica, genealógica e apotropaica, deste elemento iconográfico.



É este tipo de sistema defensivo, fundamentalmente constituído pela acumulação de muralhas simples, em disposição concêntrica e radial, formadas por dois paramentos paralelos e com aparelho irregular internamente preenchidos, aparente na generalidade das estações castrejas, que se manifesta nesta fase cronologicamente mais avançada da cultura dos castros.

Destacando-se das unidades de arquitetura doméstica, que ocupam a generalidade do espaço, alguns edifícios sugerem uma função pública, eventualmente de caráter religioso, político ou simplesmente utilitário.

Em Sanfins, existe um santuário rupestre situado extra-muros, com indicações teonímica e etnonímica identificadas, a reclamar particular atenção sobre os limites da área de ocupação e de utilização destas comunidades.



Um grande edifício de planta circular, com cerca de 11m de diâmetro e bancos de pedra à volta dos muros, da Citânia de Briteiros poderia ser o local de reuniões de um conselho de anciãos, assim se havendo como equipamento de um órgão com função política.



Os edifícios destinados abanhos sobressaem pelo seu aparato e técnica construtiva como monumentos singulares do conjunto arquitetónico castrejo, cada vez mais se consolidando a sua função religiosa como lugar especial votado aos rituais de iniciação, por sauna regeneradora, quadrando bem com o funcionamento de uma sociedade guerreira.



Citânia de Sanfins



Santa Maria de Galegos, Barcelos

Nestas circunstâncias, entendemos que é no quadro de uma definição urbana, a que convirá a designação de proto-urbanismo, que deverão ser classificados estes grandes povoados do Noroeste peninsular. Com efeito, estas *ciudades castrejas* obedecem à generalidade dos critérios que vêm sendo apontados para esse efeito, nomeadamente, a extensão em superfície, a densidade de população, a monumentalidade dos edifícios públicos, a utilização de estilos artísticos próprios, a presença de especialistas dedicados a tempo inteiro ao artesanato e de grupos organizados de artífices e ainda a existência de ordens dirigentes de carácter militar.

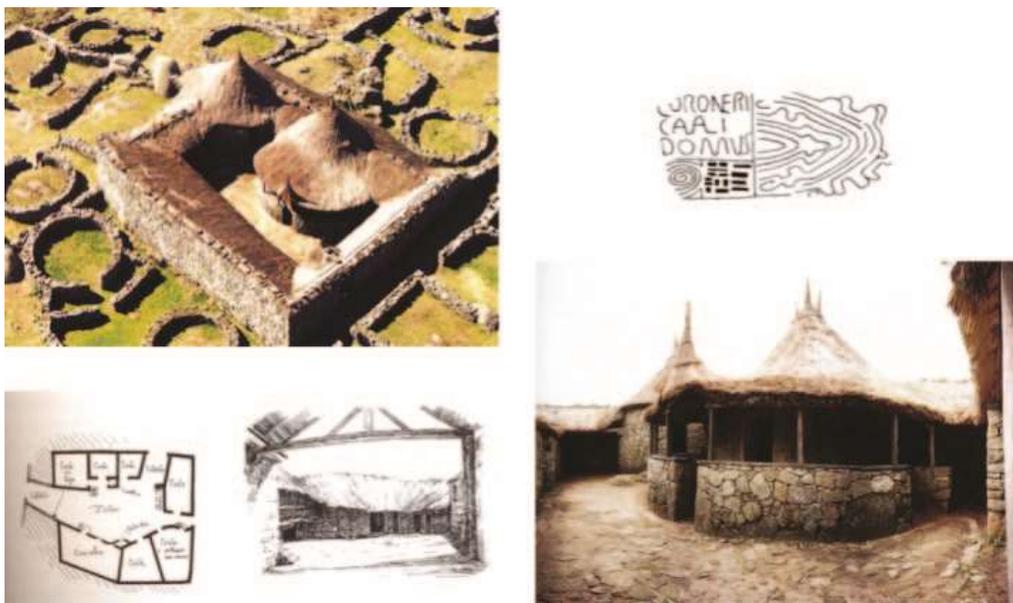
6.

unidade familiar		organização suprafamiliar		
		nível 1	nível 2	nível 3
NE	cognatio	gentilitas	Gens	étnico maior
NW	domus	castellum	Populus	étnico maior
		vicus	Civitas	étnico maior

6.1. Sem elementos arqueológicos que permitam caracterizar convenientemente os diversos níveis da organização social indígena durante as fases mais antigas deste processo, parece um testemunho documentado com segurança pela arqueologia que, na sua fase proto-urbana, a unidade doméstica se encontra na base da sociedade, facto bem expresso nos sistemáticos núcleos habitacionais, cada qual pertencente a um grupo familiar (avós, filhos, netos e colaterais) bem documentados no habitat castrejo.

A composição de cada um destes núcleos, um deles declaradamente identificado como *domus* na Citânia de Briteiros, distribuía-se em torno de um pátio de acordo com a sua função: cozinha com lareiras e forno, local de armazenamento de géneros, zonas de dormida, área para guarda de animais, espaços de reunião com bancos ao redor, em conformidade com Estrabão 3.3.6., e até recintos funerários.

A reconstituição de um destes núcleos, em termos de arqueologia experimental, na Citânia de Sanfins, aproxima-nos singularmente de uma casa inventariada em Boticas (Vila Real) em meados do século passado, denunciando como a composição alargada do agregado familiar (*extended family*) se manteve viva na região e a sua adequação a um espaço funcional permaneceu na arquitetura rural do norte.



6.2. Aunião de vários grupos familiares organizados (*domus* ou *cognationes*), descendentes do mesmo antepassado comum, constituiria a primeira unidade suprafamiliar com funções específicas: o castro (*castellum*) ou a gentilidade (*gentilitas*), conforme as regiões, bem atestado nos pactos de hospitalidade de bronze.



Com algumas indicações já mencionadas pelos autores clássicos, em especial C. Plinius, é a epigrafia latina que nos fornece a maior série de referências destas unidades, que podem ser sistematizadas em diversos grupos, consoante aparecem compostas pelo sufixo *-briga*, a denunciar celtização e em referência claramente tópica, ou associadas quer ao próprio vocábulo *castellum*, quer ao seu equivalente (que se terá tornado na unidade organizativa mais original da sociedade castreja, diferenciando marcadamente esta região da área das gentilidades) ou ainda encobertas sob epítetos de entidades divinizadas.

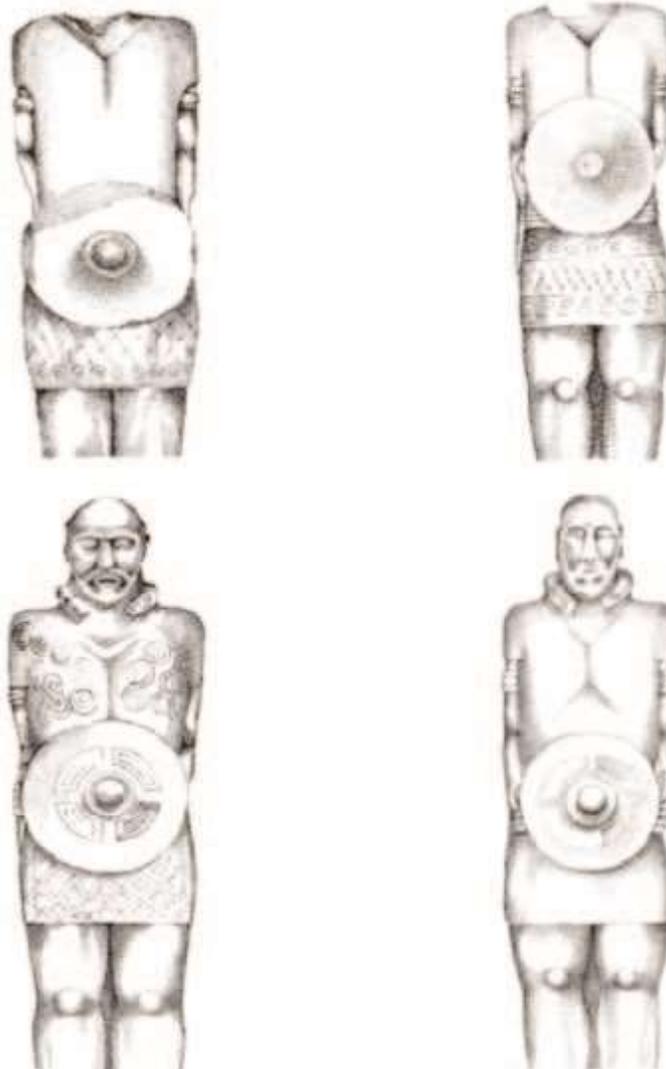
Esta unidade, que ultrapassa o quadro da célula familiar e compreende uma comunidade de linhagem mais vasta, poderá corresponder arqueologicamente a um castro/lugar central como unidade territorial.

Enquanto organização suprafamiliar, o castro (*castellum*) deverá equivaler, conforme referido, à gentilidade (*gentilitas*) das áreas com sistema gentilício, em sentido estrito, que se estendem desde a Meseta, pelo Vale do Douro, até à Lusitânia e ao território do Nordeste transmontano, na zona dos Zoelas, a que se reporta o célebre documento epigráfico conhecido por «Pacto de Astorga», de excepcional importância para esta abordagem (Silva 2011b).

A arqueologia sugere-nos como chefe desta unidade social uma figura militar, como a que vemos representada em mais de três dezenas de estátuas de guerreiros da área meridional castreja e que em alguns documentos epigráficos galegos são apelidados de *principes*, ainda que não se saiba com segurança se tais chefaturas eram hereditárias ou eletivas e vitalícias ou provisórias. Da análise, porém, de uma dessas inscrições, poderá deduzir-se que a chefatura se transmitia hereditariamente, uma vez que um segundo *princeps* aí mencionado parece ser filho do primeiro e ambos têm herdeiros comuns.



Seja como for, estas subfrações devem ter sido o elemento mais dinâmico da sociedade indígena. Concertavam pactos e alianças, possuíam um panteão religioso específico e chefes próprios. Representariam também uma unidade económica que supervisaria e administraria a propriedade das terras, de cuja utilização disporiam e gozariam usufruto, ainda que a legitimidade de tal uso dependesse da sua pertença à unidade superior de que faziam parte. Só apareceriam unidos sob o *populus* ou *gens* (ou *civitas*) em momentos solenes, de carácter cerimonial e protocolar, e quando uma ameaça externa e grave pusesse em perigo a sobrevivência da comunidade, perguntando, neste passo, se não terá sido uma destas circunstâncias que terá motivado a congregação das quatro representações iconográficas referenciáveis como cenografia das portas do Outeiro do Lesenho face à *pax romana*.



6.3. A um segundo nível da organização suprafamiliar, dominando um vasto território com vários castros (*castella* ou *gentilitates*), estava o *populus* (povo) ou a *gens* (gente), conforme as regiões, cuja onomástica as fontes literárias, epigráficas e toponímicas nos deram a conhecer na sua maior parte para o território do ocidente peninsular, quase sempre encobertos sob a entidade organizativa romana de *civitas*.

7. Este aspeto do povoamento e da organização social, particularmente a sua distribuição geográfica, é mesmo um dos tópicos mais versados na bibliografia especializada, em estudos de carácter monográfico e/ou geral, de que sobressaem pela sua atualidade, desenvolvimento e acervo documental, a importante publicação de A. Tranoy (1981) sobre a Galiza romana, a que se poderão associar alguns contributos nossos (Silva 1986/2007), e a de J. Alarcão (1987, 1992) para o conjunto do território português.

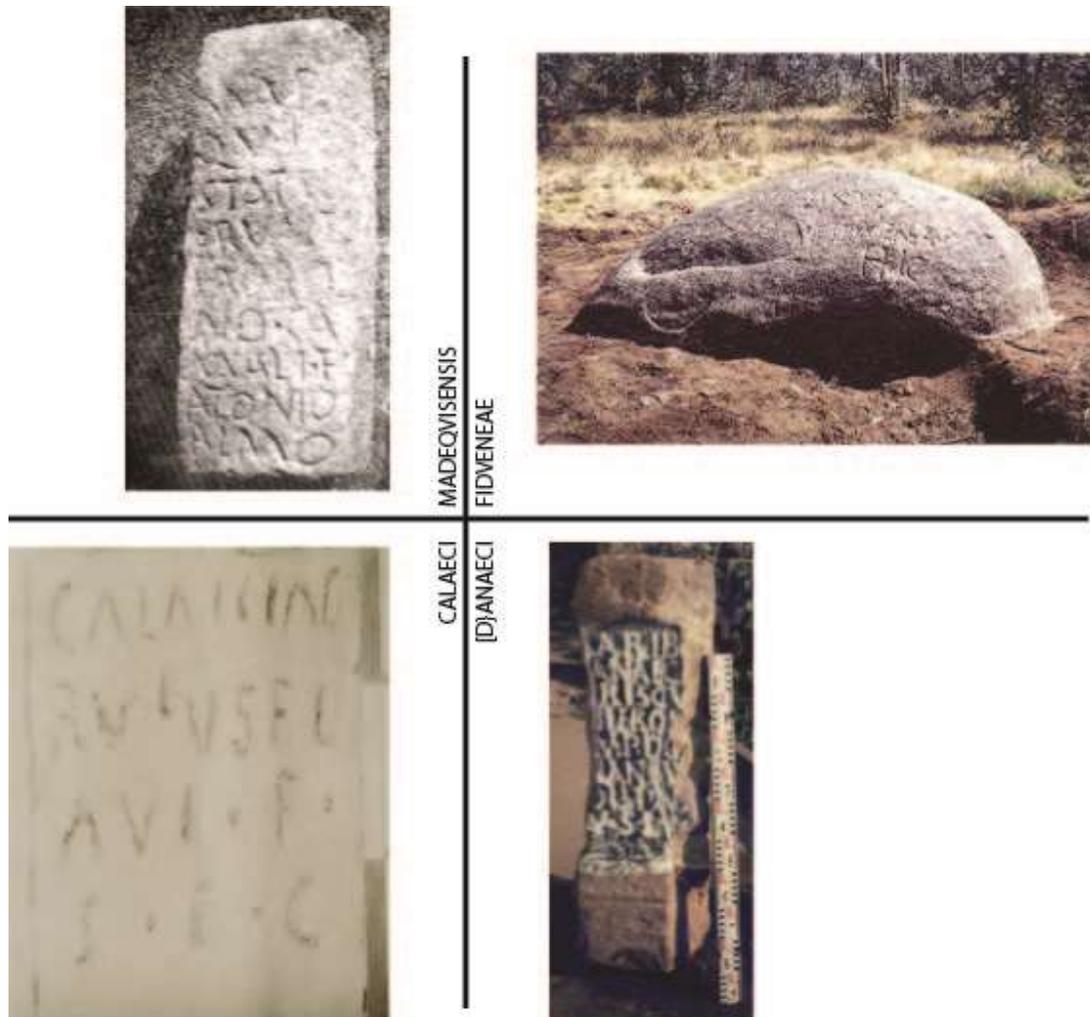


Em tentativa de aprofundamento, desenvolvemos mesmo um ensaio recente sobre a estruturação do espaço regional de cada um desses povos concebido como microcosmos que reproduziria a imagem formada por quatro quarteirões em torno de um centro religioso, representando o papel de eixo cósmico, havida como de tradição indo-europeia, bem reconhecida em diversas expressões e áreas do mundo celta, itálico, iraniano até à Índia (Sterckx 2005: 241-247), assim nos remetendo para a ancestralidade organizativa da sociedade castreja.

7.1. Com efeito, com base no cruzamento das informações das fontes clássicas, históricas e epigráficas, e a sua relação com o registo arqueológico regional, identificamos os *Callaeci* como situados na margem direita do rio Douro, à foz, ocupando o território entre o Mar e o Tâmega e entre o Douro e o Ave, formando uma quadripartição em cinco secções, que integraria as seguintes entidades:

Os próprios *Calaiicos*, em sentido estrito, ocupavam o quadrante sudoeste, com lugar central no Morro da Sé do Porto; o território original dos povos da *Anégia / Danégia*, a Sudeste, com lugar central no complexo arqueológico do Castro Abujefa / Monte Mozinho, mais o território dos *Madequisenses*, a Noroeste, com lugar central no Castro de Alvarelhos, no coração da Terra da Maia, os *Fidueneas* da Citânia de Sanfins, a Nordeste, no Alto Ferreira, os quatro em torno do

Castro do Muro ou de Vandoma (*Bendoma* < *Bandoma*), em Baltar, Paredes, que funcionaria como centro religioso regional, ainda como tal reconhecido em plena Idade Média.



7.1.1. Com os resultados das escavações arqueológicas realizadas desde 1980, é hoje consensual a identificação do Morro da Sé do Porto com *Cale*, tal como mencionado nas fontes clássicas, designadamente, no *Itinerarium Antonini* 421.8. O radical indo-europeu \**Cal-* « duro, pedra, fortaleza » acrescido do sufixo determinativo céltico-*aecus* completam a designação etnonímica de *Calaios*, melhor explicada pela leitura, corrigida, da inscrição votiva de Sobreira, Paredes, justamente dedicada à sua divindade tutelar *Calaecia* (Tranoy 1977).

7.1.2. A designação medieval de Terra de *Anegia* ou, de preferência, *Danegia*, aparece-nos pela primeira vez referenciada na ara votiva de Lagares, dedicada às divindades protectoras do território, *Laribus [D?]anaecis*, e, segundo cremos, também na designação etnonímica *Danigom*

na ara da Póvoa de Marecos, que consideramos como evolução linguística da mesma entidade: *Danaecorum* > *Danigo(ru)m*.

Com radical trilítero \**Dan-*, bem testemunhado no espaço indo-europeu, de que o Danúbio e o Don, entre outros, são casos exemplares, reporta-nos para a significação etimológica de “rio”, de uma comunidade que vive à beira rio. Rio, cuja iconografia em forma de touro, simultaneamente significante de força e de fecundidade em contextos proto-históricos, identificará a designação do *Lar Patrius* de uma inscrição votiva da freguesia de Irivo: o rio, a água que corre, que flui, da fertilidade, da pesca, da navegabilidade, mas também da violência que se torna necessário aplacar, o *Rio Mau*, da freguesia de Cebolido, e da tragédia de Entre-os-Rios, sob os olhos impávidos de *Ana / Dana*, *Eja* < *Danegia*, que se fixaram nessa grande confluência.

7.1.3. A terra da Maia, com origens etimológicas tradicionalmente, a nosso ver, mal interpretadas como derivando de um radical *am* + *aia*, com significado de *altura* na onomástica do setor pré-indoeuropeu do Mediterrâneo (Domingos Moreira), deve ser explicada pelos dados desta inscrição como a evolução fonética a partir de *Madea* > *Madia* > *Maia* com radical trilítero \**Mad-*, tipicamente indo-europeu com significado de *terra húmida, terra fértil, agricultura*. A frequência com que a forma *Madia*, que é, na essência o radical que encontramos em *Madequis(enses)* ocorre na documentação medieval dos séculos XI a XIV, representa um suporte bem sólido para a presente etimologia.

7.1.4. A Citânia de Sanfins é um dos sítios mais representativos da cultura castreja do Noroeste peninsular e da proto-história europeia.

Um santuário rupestre, situado extramuros, consagra o nome da sua entidade gentilícia como sendo o povo dos *Fidueneae* cujo radical igualmente trilítero *fid-* se reporta ou significado de “árvore, madeira, bosque”, invocando a importância tradicional da silvicultura e do trabalho da madeira entre as sociedades proto-históricas. A presença fonética de uma consoante aspirada *f* = *ph* remeterá para contextos linguísticos indo-europeus pré-célticos.

7.1.5. Todos estes etnónimos, com radical trilítero \**Cal-*, \**Dan-*, \**Mad-*, \**Fid-*, a que se atribui o significado de “pedra” (penhasco, rocha firme, fortaleza) ao nome de *Cale*, de “terra” (terra húmida, fértil, agricultura) à etimologia da *Madia*, Maia, e de “madeira” árvore, bosque, floresta, regeneração” à dos *Fidueneas* da Citânia de Sanfins, tal nos remete para uma explicação que se encontra no simbolismo de totalidade, em que os quatro pontos cardiais determinam os quatro cantos do mundo em torno de um santuário, *Vandoma* < *Bandoma*, interpretável com significando de “casa de deus”, se composta da designação teonímica *i-e* \**Band-*, “deus”, e do vocábulo *-dom*, “casa”, evocando o *Domhball* irlandês, que funcionaria como eixo cósmico, que unia a terra destes povos com o céu por intermediação de uma deusa com o seu nome, também chamada *Calaecia*, como ainda hoje se conserva numa ara votiva na Capela de Santa Comba, em Sobreira. Nestes termos, havemos *Calaecia* como divindade epónima dos *Galegos*, designação também registada na toponímia regional, porventura com essa origem, deste modo, se questionando <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/index>

as raízes lendárias de apoios franceses na Reconquista cristã com relação ao culto de Nossa Senhora de Vandoma, que, a nosso ver, significará a cristianização dessa divindade tutelar dos *Calaios*, assimilada a Roma ou Atena, metamorfoseada padroeira da cidade do Porto.

O achado recente no alto do Castro do Muro (Manuel José Cunha, bloguespot.pt, 16.05.2012) de uma gravura rupestre com a representação de um motivo cruciforme poderá significar justamente a quadripartição étnica a que nos vimos referindo, sugerindo idêntica simbologia para inúmeras figurações similares presentes sobretudo nas plataformas superiores de alguns castros e na decoração dos monumentos balneares que havemos como santuários de iniciação das comunidades castrejas ao ainda da figuração quadripárida em torno de um umbo das suas estátuas de guerreiros.



Afinal de contas, a representação que vemos figurada no carro alegórico proto-histórico aparecido nas suas imediações, em Vilela, Paredes, justamente, com quatro guerreiros de um lado e quatro oferentes do outro, em função do sacrifício de um bode certamente imolado a *Cosus*, que se identifica como a divindade indígena da guerra (Silva 2007)



7.2. Exercício congénere foi por nós sugerido para outras entidades castrejas, designadamente, os *Nemetati* do Vale do Ave (Silva-Pinto 2010-2011) e porventura também para os Zoelas, dos Astures (Silva 2011b), tendo sido mais recentemente aplicado ao estudo das Alturas do Barroso, que perspetivou idêntica conceção a partir da identificação étnica quadripartida liderada por quatro chefes guerreiros, cada qual com seu reguengo, que guardariam as quatro portas da plataforma superior do Outeiro Lesenho, a que não poderá ser estranho o paralelo do achado de quatro estátuas de guerreiros em Glauberg (Frankfurt, Alemanha).

Na prática, o mesmo esquema, que segue a modelização bem reconhecida em diversas expressões e áreas indo-europeias, que consideramos ora mais potenciada pelo achado recente nas imediações, em Ribeira de Pena, porventura já entre os *Albini*, da Pedra da Póvoa como mais uma expressão onfática do povoamento regional (Fonte *et alii* 2009), com paralelos identificados no território europeu, em particular no mundo céltico, como na Colina dos Reis, em Tara (Irlanda) e o pilar cultural de Pfalzfeld (Renania), ou até o Omphalos de Delfos (Grécia), entre os gregos.

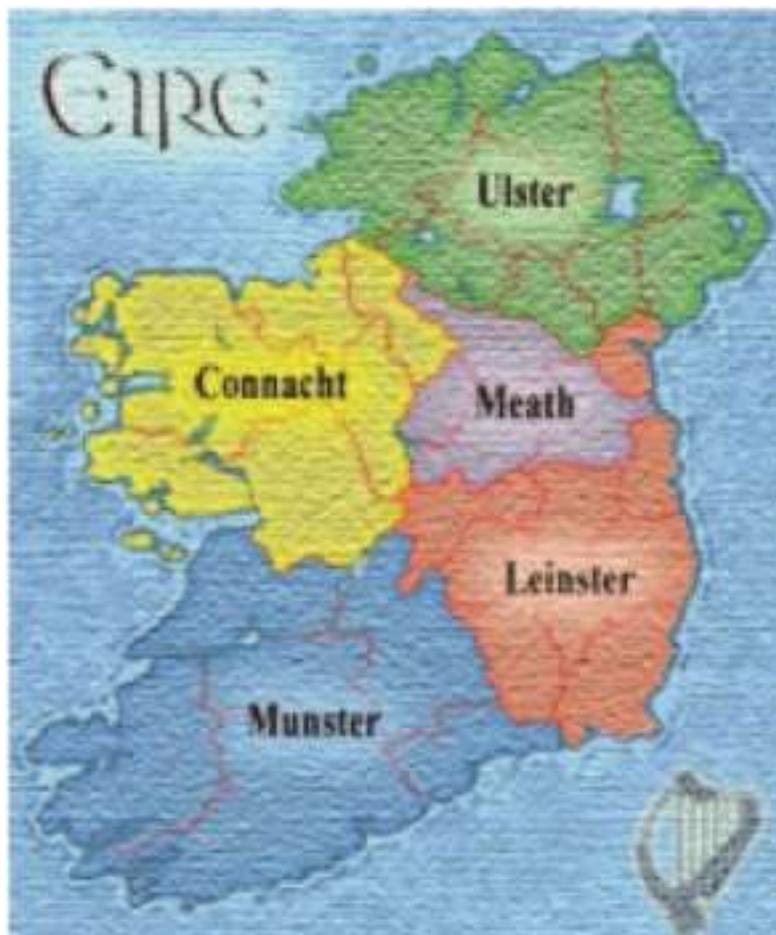


7.3. Com efeito, seguindo Sterckx (2005), os celtas antigos concebiam o mundo e cada microcosmos que reproduzia a sua imagem como sendo espacialmente formada por quatro quarteirões em torno de um centro.

Os Celtas da Hispânia subdividem-se em quatro nações, os Lusones, Pelendones, Arévacos e Celtiberos (Estrabão, *Geografia*, 3.4.13), do mesmo modo que os Bellovaci, da Gália, e os Helvetii, na Suíça estão divididos em quatro cantões, os Vindelici agrupam quatro clãs, os Cantiani obedecem a quatro reis e os Gálatas da Anatólia, ainda que repartidos por três povos, estavam organizados segundo um sistema tetrárquico dotado de um centro sagrado, o santuário de *Drunemeton*, o “Carvalho Sagrado” (Estrabão, *Geografia*, 12.5.1).

A mesma quadripartição dos microcosmos estava igualmente generalizada entre os Celtas medievais. Os irlandeses repartiam, assim, os domínios dos seus deuses, antes de passarem a uma repartição entre quatro cidades e reconheciam também quatro grandes sábios, druidas, que guardavam nos quatro cantos do mundo toda a sua memória desde a sua criação do mesmo modo que os quatro bispos prepatricianos ou ainda os quatro bardos galeses paradigmáticos e os quatro “pilares” da Cornualha.

Mas, na Irlanda, esta quadripartição toma normalmente a forma de uma quintapartição por atribuição expressa de uma parte ao centro: Os irlandeses contam cinco partes do mundo, cinco pontos cardiais e as províncias da sua ilha são *cúighid*, as “quintas partes”, porque há quatro – Connaught, Leinster, Munster e Ulster – à volta do Meath, o “Centro”, que é, de resto, a do rei dos reis que governa teoricamente sobre o conjunto.



Esta organização espacial da Irlanda encontra-se exatamente figurada pelas disposições do palácio do alto rei em Tara, a capital de Meath, o meio, com paralelos, tipo *\*mediolanon* >Milão, abundantemente documentados no mundo céltico, em particular nas Gálias (Lacroix 2007: 194-199).

Esta quadripartição em cinco secções aparece também no País de Gales, cujo território estava repartido por cinco tribos reais, cujo centro estava tradicionalmente situado no monte Plymlimon, “Cinco Picos”.

7.4. Uma tal conceção do espaço não era, todavia, exclusiva dos celtas, sabendo-se que os indianos dividiam do mesmo modo o mundo em cinco regiões ou cinco povos e tinham mesmo cinco pontos cardiais: norte, este, sul, oeste e “aqui”, sendo o trono que constituía o “aqui” central de cada reino microcósmino apelidado de *panca kakudam*, “Cinco Picos”, como também se chamava *pancayat*, “Conselho dos Cinco”, o conselho da casta.

Os iranianos seguiam igualmente as mesmas conceções e os próprios romanos organizavam, como é do conhecimento geral, o espaço do mesmo modo. E nem sequer esta modelação é própria

dos indo-europeus, podendo encontrar-se exemplos perfeitos de uma mesma concepção desde a China até Madagascar.

A explicação encontra-se certamente no simbolismo de totalidade que o número *cinco* ocupa entre todos os povos que adotaram o cálculo digital: cinco dedos fazem uma mão, isto é, um todo.

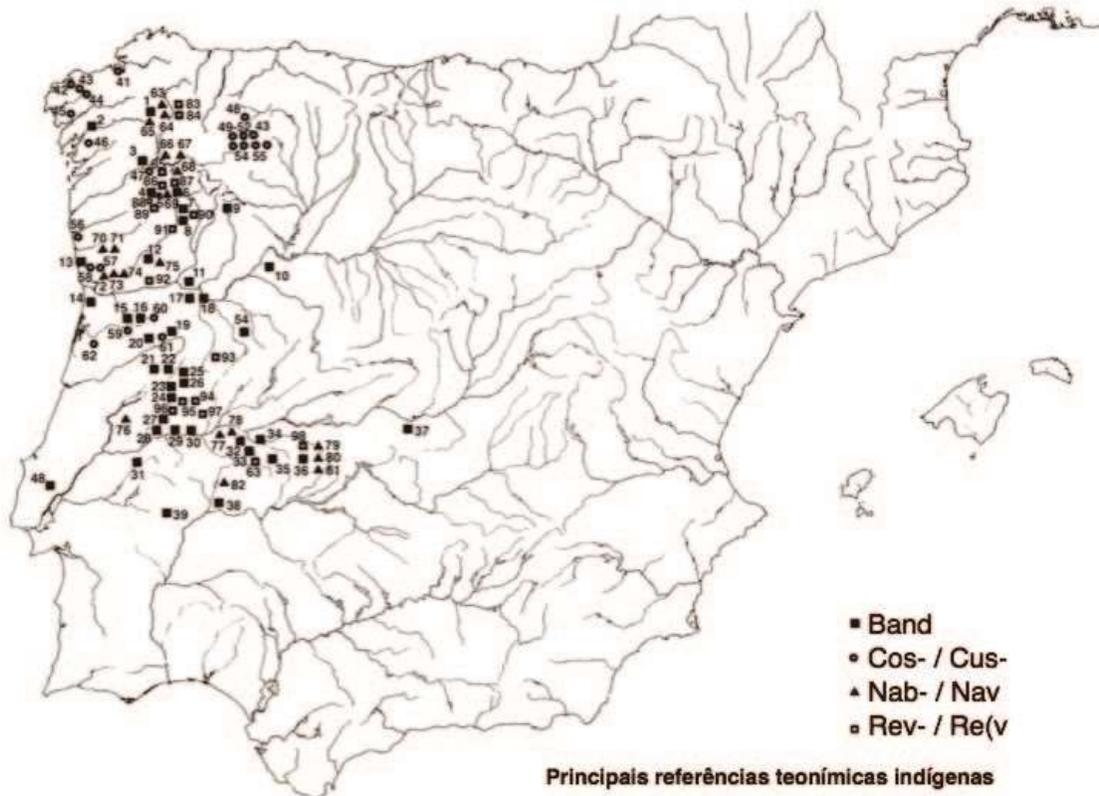
O caráter digital do sistema de numeração indo-europeu é bem reconhecido e bem assegurada a assimilação dos cinco dos cinco dedos da mão a uma totalidade .

Estão estabelecidas as relações etimológicas entre, por exemplo, *quinque*, “cinco”, e *cunctus*, “tudo”, em latim ou, em grego, entre *pux*, “punho, mão fechada”, *penta*, “cinco”, e *pan*, “tudo”, e abunda a utilização desta equivalência simbólica entre “cinco” e “tudo” em todas as tradições indo-europeias (Sterckx 2005: 241-247).

É a consciência deste simbolismo que nos aparece, assim, confirmada em todo o espaço indo-europeu e a sua adesão à ideia de simetria entre microcosmos e macrocosmos que assegura que os seus povos concebiam o mundo como paralelamente organizado entre quatro quarteirões à volta do seu centro, com que vemos conformar-se a leitura da paisagem toponímica a partir das suas fontes primordiais.

8. Nesse sentido convergem as análises, de tipo duméziliano, sobre a estrutura e organização da sociedade castreja, em particular sobre a presumível existência de uma tríade funcional com a soberania, a força e a fecundidade, superestruturando as ordens sociais dos reis e sacerdotes, dos guerreiros e dos produtores, segundo o sistema ideológico indo-europeu, emblematizado no carro alegórico de Vilela, como resultado de um longo processo evolutivo.

Repetindo-se com mais frequência e dispersos por uma vasta área geográfica, parece ficar estabelecida a tríade principal do panteão indígena com divinização de elementos da natureza, respetivamente, situados nas montanhas com identificação na *interpretatio* de Júpiter e nas designações do grupo *Band-*, nos rochedos com relação aos teónimos do grupo *Cos-*, e nas águas com associação do grupo *Rev-*, divindades masculinas complementadas por uma divindade feminina, plurifuncional, assimilada aos vales, conforme se interpretam as referências do grupo *Nab/v-*. Perviventes em numerosos orónimos, hidrónimos e outras designações toponímicas, a sua cartografia evoca uma comunidade luso-galaica, cuja onomástica denuncia uma possível ascendência indo-europeia pré-céltica, segundo a designação de A. Tovar (1960), a que se sobrepuseram alguns elementos célticos, para as referências maiores da religiosidade indígena.



9. Profundamente enraizados nos contextos da sua procedência, segundo o entendimento que fazemos da sua etimologia, os sítios, os objetos, os símbolos e as palavras revelam-se-nos, assim, numa posição privilegiada enquanto intérpretes e construtores de uma geografia humana renovada e criativa construída à volta de uma nova síntese entre as pessoas e os seus “lugares” (a sua “terra” / a minha “terra”), que queremos renovadamente percebida e defendida como património comum. Todo este processo alcança singular profundidade ao remeter a atual configuração destes territórios para o substrato matricial da sua identidade local e regional.

## Bibliografia

- ALARCÃO, J. A cidade romana em Portugal - A formação de "lugares centrais" em Portugal da Idade do Ferro à Romanização. *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 35-36.
- ALARCÃO, J. A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*, 31. Coimbra: Instituto de Arqueologia, 1992, p.39-71.
- CARO BAROJA, J. Organización social de los pueblos del Norte de la Península Ibérica en la Antigüedad. *Legio VII Gemina*. León: Diputación Provincial-Cátedra de San Isidoro, 1970, p. 7-62.
- Gallaecia Petrea*. Cidade da Cultura de Galicia - Museo de Galicia.Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.2012.
- IAA, AA.V V. *Madridrer Mitteilungen*, 44. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, 2003.
- LACROIX, J. *Les noms d'origine gauloise: La Gaule des dieux*. Paris:Editions Errance, 2007.
- MARQUES, A.H.O; DIAS, J.A. *Atlas Histórico de Portugale do Ultramar Português*, Lisboa, 2003.
- SILVA, A.C.F. *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2007 (2ª ed.; 1ª ed.,1986).
- SILVA, A.C.F. *Guerreiros castrejos: Deuses e heróis nas alturas do Barroso*. Boticas: Câmara Municipal de Boticas, 2008
- SILVA, A.C.F. Museu Municipal de Penafiel - Memória e Identidade. *Fonte*, 06. Porto: Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes, 2011(a), p. 20-25.
- SILVA, A.C.F. *Ordo Zoelarum: Arqueologia e identidade do nordeste de Portugal*. Bragança: Museu do Abade de Baçal – Instituto dos Museus e da Conservação, 2011(b)
- SILVA, A.C.F.;PINTO, P. C.: O castro das Eiras no contexto da rede dos castros do Noroeste.*Boletim Cultural Vila Nova de Famalicão*, III série, 6/7. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2010-2011, p. 193-205.
- STERCKX, C. *Taranis, Sucellos et quelques autres*, 2. Bruxelles (Mémoires de la Société Belge d' Études Celtiques (23), 2005.
- TOVAR, A. Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. Lenguas indoeuropeas: testimonios antiguos. *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, 1. Madrid, 1960, p. 101-126.
- TRANOY, A. À propos des “Callaeci” de Pline. Epigraphie et peuplement, *Bracara Augusta*, 31, 1977, p.225-233.
- TRANOY, A. *La Galice romaine. Recherche sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusion de Bocard (Publications du Centre Pierre Paris), 1981.